

As representações sociais sobre a violência nos jornais online envolvendo adolescentes em Ponta Grossa

Gisele Ferreira Kravicz¹

Constantino Ribeiro de Oliveira Junior²

Resumo:

A presente pesquisa tem por objetivo compreender como os jornais locais *online*: *Diário dos Campos* e *Jornal da Manhã* representam e discutem as matérias referentes à “violência” praticada pelos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei, no ano de 2011, na cidade de Ponta Grossa (PR). Como referencial teórico utilizou-se a Teoria das Representações Sociais (TRS) para a reconstrução do objeto de pesquisa, que são as representações sociais dos jornais *online*.

Palavras-chave: Representações sociais, Adolescentes em conflito com a lei, Jornais *online*, Violência

Introdução

Esta pesquisa tem como ponto de partida as inquietações suscitadas no decorrer do Curso de Especialização em Mídia, Política e Atores Sociais, realizada na Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) no ano de 2009. Para a conclusão do curso realizou-se um artigo intitulado: O “abandono materno” a partir da abordagem na mídia impressa em Ponta Grossa – Paraná³. No decorrer da pesquisa, ao realizar a catalogação do material empírico, observou-se que além da mulher que “abandona” a criança ser visivelmente estigmatizada, algumas matérias que tinham como foco os adolescentes envolvidos em alguma situação de violência, isto é, o ato infracional, denotava uma profunda aversão, os adolescentes eram

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (2003) e Mestranda em Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

² (Professor-Orientador) Graduação em Licenciatura Em Educação Física pela Universidade Estadual de Ponta Grossa (1990). Professor Adjunto da Universidade Estadual de Ponta Grossa e Membro de corpo editorial da Revista Emancipação (UEPG).

³ Orientado pelo Professor Dr. Ivan Jairo Junckes, professor na Universidade Federal do Paraná (UFPR), Setor Litoral.

condenados, discriminados e, em alguns casos, repudiados pelos leitores que tinham acesso as matérias.

Foi a partir desta questão, a partir do trabalho de conclusão de curso já referenciado, tendo como cenário a realidade que se apresentava que desenvolveu buscou compreender esta realidade. Deste modo, este trabalho tem como ponto de partida a dissertação desenvolvida para o Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas (UEPG).

Esta pesquisa, portanto, tem como sujeitos os jornalistas que escrevem as matérias dos jornais locais. A partir da Teoria das Representações Sociais (TRS) buscou-se realizar a leitura da realidade, compreendendo como os jornais noticiam a “violência” cometida pelos adolescentes do sexo masculino⁴ em conflito com a lei no ano de 2011 em Ponta Grossa-Paraná.

A TRS possui um caráter interdisciplinar a medida que abrangem diferentes práticas profissionais: comunicação, psicologia, saúde, ciências sociais, economia, história, religião, antropologia, dentre outras. Além disso, é a partir do estudo das representações sociais que objetos podem ser desvelados e compreendidos.

Parte-se da perspectiva que as representações sociais são dinâmicas, produzidas pelas múltiplas determinações históricas e do cotidiano, possuindo a função de orientar e situar os sujeitos no mundo e também definindo seu ser social. (SPINK, 1995).

As representações sociais para Moscovici (2003) se situam entre conceitos. Estes possuem a função de abstrair um sentido do mundo e introduzir nele ordem e percepção, reproduzindo o mundo de uma forma mais significativa.

A partir desta forma que possibilita subsidiar a compreensão da realidade que desenvolveu esta pesquisa. Os jornais, portanto, se configuram como um espaço latente das representações sociais, pois cotidianamente estes comunicam, informam e retratam fatos e acontecimentos. Além disso, podem exercer um papel fundamental, propiciando o debate e também a implementação das políticas públicas, contribuindo no processo da cidadania.

Para Ramos e Paiva (2007) a mídia de uma forma geral tem uma contribuição relevante no que tangem os acontecimentos históricos um papel fundamental na busca de respostas aos acontecimentos, mobilizando os governos, a Justiça e também a sociedade civil

⁴ Por constituírem o maior número na cidade de Ponta Grossa. Os dados apresentados pelo PEMSE (2011) apontam que 95% da demanda atendida é do sexo masculino.

diante de casos que tiveram repercussão no país⁵. Porém, ainda os jornais têm como critério de realizar a cobertura jornalística com base nas ocorrências das ações policiais, portas de delegacias ou a partir das narrativas dos sujeitos que estavam envolvidos (delegados, testemunhas, vítima). Os jornais, portanto, não utilizam a capacidade de pautar as matérias, trazendo-as para o debate público.

Deste modo, as discussões apresentadas não consistem em responsabilizar os jornais pela forma como representam e discutem as matérias relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei. Por outro lado, também não consiste em vitimizar os adolescentes a partir de como estes são abordados pelos jornais. Pretende-se, portanto, refletir como a “violência” é apresentada e discutida. Quais são as representações sociais que se fazem presentes nos jornais a partir da “violência” cometida pelos adolescentes?

Para que estas matérias ganhem um espaço nestes jornais, os jornalistas podem pautar o ato infracional cometido pelos adolescentes a partir das rebeliões em instituição de internamento, por presenciar o ato infracional, por meio de denúncias advindas de outros sujeitos ou mesmo por denúncias que pretendem apontar os maus tratos contra o adolescente que cometeu um ato infracional. (ANDI, 2012). Independente da forma de apreensão de um determinado acontecimento é necessário que os jornais ao tratar sobre o adolescente em conflito com a lei tenha como parâmetro a Doutrina de Proteção Integral⁶.

A partir destas representações é possível discutir como os jornais locais fomentam, retratam e representam os acontecimentos envolvendo os adolescentes em conflito com a lei. Atualmente, estudos e pesquisas desenvolvidos pela Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e autores como Ramos e Paiva (2007) têm provocado a necessidade de mudanças da cobertura de violência. Esta mudança é necessária, a medida que os jornais desempenham um papel fundamental no debate público. Para Ramos e Paiva os jornais “[...] influenciam a opinião da sociedade e motivam e fiscalizam a implantação de políticas de Estado.” (2007, p. 13).

⁵ Entre estes casos, pode-se citar: Massacre do Carandiru, Massacre da Candelária, Vigário Geral, Borel e outras ações violentas que ocasionaram a morte de pessoas injustamente.

⁶ A Doutrina de Proteção Integral surgiu a partir da resolução elaborada na Convenção dos Direitos da Criança (1989) em conjunto com o Estatuto da Criança e do Adolescente e fundamenta-se na compreensão de que a criança e o adolescente são sujeitos em desenvolvimento. Deste modo, deve garantir e preservar os direitos e deveres de forma prioritária.



Representações sociais e a comunicação

A Teoria das Representações Sociais deve-se tem como ponto de partida as relações sociais. É a partir das relações sociais que o homem pode se comunicar e se hominizar, isto é, o homem, apenas se transforma em um homem, não apenas por manter características enquanto espécie, mas a partir da unidade social que estabelece com o mundo. Este processo de hominização é decorrente das relações sociais que o homem estabelece com outros homens. O homem enquanto um sujeito social se apropria, isto é, busca assimilar aquilo que é construído, pensado e que o orienta a uma ação na realidade social. É a partir da consciência de estar-se inserido em um mundo e buscar uma relação com ele que a comunicação restaura um sentido imediato de ligação entre o sujeito e o mundo. O ato de comunicar aquilo que pensa e sente impõe exteriorizar uma percepção da realidade que pode ser partilhada, reproduzida ou negada por outros sujeitos.

É a partir deste processo de assimilação e apreensão da realidade que os sujeitos que compõem os jornais se inserem e são responsáveis por veicular as notícias e acontecimentos socializando e apropriando do que foi historicamente construído. O jornal, portanto, comunica e socializa uma percepção da realidade a qual expressam representações sociais. Estas podem ser sobre os mais variados assuntos, em foco aborda-se o fenômeno da violência e como este é apreendido pelos jornais (Diário dos Campos e Jornal da Manhã) quando esta violência envolvem adolescentes. Parte-se do pressuposto de que as matérias jornalísticas possuem um papel fundamental no processo da comunicação. As representações sociais dos sujeitos que redigem as matérias envolvendo os adolescentes, portanto, se manifestam na comunicação, linguagem e nas escolhas e atitudes que os sujeitos adotam diante da realidade. A relação entre o jornal e as representações sociais perpassam as relações sociais e possibilitam definir o que “[...] é lícito, tolerável ou aceitável em um dado contexto social.” (ABRIC, 1998, p. 30). Mas o que é lícito, tolerável ou aceitável na sociedade em relação as representações sociais?

Compreende-se que o ato de representar não é um processo estático, aleatório e sem uma finalidade. As representações sociais possibilitam determinar comportamentos e estabelecer antecipadamente situações que precedem a ação e a interação do sujeito. Além disso, as representações sociais traduzem o que foi constituído socialmente pelos sujeitos, isto é, as normas e regras que regulamentam as relações sociais entre os sujeitos.

Assim sendo, as representações sociais determinam de forma obrigatória como agir e se comportar na sociedade. Por isso, possibilita informar e reforçar o que é lícito, tolerável e aceitável. A “violência” praticada por um adolescente não é lícita, tolerável ou aceitável na sociedade, antes combatida como um terrível mal que assola o mundo contemporâneo. Esta forma de conceber a violência traduz a forma pela qual as representações sociais são construídas historicamente pelos sujeitos, agregam valores e refletem o que é socialmente aceito de acordo com o contexto histórico em que estes estão inseridos.

As representações sociais predisõem dois espaços: científico e o consensual, de acordo com Arruda (2002, p. 130-131), o espaço científico pode ser apreendido a partir dos procedimentos formais, linguagem e hierarquia interna, que se constituem na ciência e a qual procura trabalhar com a maior objetividade possível, enquanto o espaço consensual se constrói e (re)constrói no conversação informal, na interação e na vida cotidiana. Ambos os espaços são essenciais para a vida humana. Representações sociais se edificam com mais frequência na esfera consensual, entretanto as duas esferas (científica e consensual) não se esgotam, sendo que “[...] no universo consensual aparentemente não há fronteiras, todos podem falar de tudo, enquanto no reificado só falam os especialistas.” (ARRUDA, 2002, p. 130). O espaço consensual abordado por Moscovici (2003, P. 50) estabelece que neste ambiente “[...] a sociedade é uma criação visível, continua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana, de acordo com a existência humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano.” Já no universo científico ou reificado a sociedade adquire diferentes papéis e a atribuição esta nas competências constituídas:

[...] a competência adquirida determina seu grau de participação de acordo com o mérito, seu direito de trabalhar ‘como médico’, ‘como psicólogo’, ‘como comerciante’, ou de se abster desde que ‘eles não tenham competência na matéria. (MOSCOVICI, 2003, p. 52).

Portanto, é num universo reificado que os sujeitos que redigem as matérias se encontram, independente da sua colocação no jornal, desde o editor, comentarista, redator ou o repórter, o sujeito que é responsável por escrever uma matéria impreterivelmente deve possuir competências técnicas para instrumentalizar sua prática profissional. Ao trabalhar com as notícias algumas questões como selecionar, atribuir significados, manter uma objetividade,

informar o sujeito que tomará conhecimento do que será noticiado impõem a esses sujeitos uma autoridade, isto é, uma competência adquirida para falar sobre um determinado assunto.

Quando se depara com os seguintes títulos: “PM apreende menor homicida” ou “Rapaz morre esfaqueado”, a veracidade pode ser atribuída pela qualificação de quem escreve a matéria e pela posição e autoridade que o jornal ocupa. Os jornais se tornam um órgão institucionalizado, pois eles “[...] capacitam as pessoas a compartilharem um estoque implícito de imagens e de idéias que são consideradas certas e mutuamente aceitas.” (MOSCOVICI, 2003, p. 51).

Existem dois processos nas representações sociais que são fundamentais para compreendê-las, sendo a ancoragem e a objetivação. A ancoragem é o processo de classificação, familiarização e reconhecimento.

O outro processo é a objetivação, a qual pode ser compreendida quando um objeto abstrato é materializado, tornando-se acessível ao senso comum. Em outras palavras, a objetivação é o processo pelo qual um conceito ou fenômeno “[...] se torna expressão de uma realidade vista como natural.” (ORDAZ; VALA, 1998, p. 88).

Portanto, os jornais locais também são instrumentos que possuem a capacidade de criar, recriar ou manter representações sociais, à medida que se reforçam o que está estabelecido como paradigma na sociedade. Estas repetições presentes no discurso dos jornais sobre a “violência” presente nos adolescentes tornam-se utilizadas como um padrão. Nas situações em que um adolescente se envolve em algum tipo de violência, são novamente trazidas para a discussão, fornecendo uma compreensão instantânea da realidade que é ao mesmo tempo generalizante.

A importância de compreender a dinâmica das representações sociais está na necessidade de compreender que imagens, falas, atitudes e em questão os jornais locais são meios que denotam representações, pois traduzem uma forma de pensar e conceber a realidade a partir da sociedade.

A violência e a imprensa

A violência se configura como um elemento presente na vida cotidiana, nas relações sociais e tem se constituído em um objeto de estudo amplamente discutido na atualidade, abrangendo diferentes campos teóricos.

Deste modo, a violência se manifesta de diferentes formas e atingem diferentes sujeitos. Caracteriza-se como um fenômeno multifacetado, que necessariamente deve ser condicionado ao que é legalmente instituído pela sociedade, isto é, aceito enquanto uma norma jurídica, social, moral.

As discussões sobre a violência tem sido cotidianamente um objeto amplamente discutido nos jornais. Inclui as apresentações de matérias que enfatizam as violências como elementos generalizados. Estas matérias ganham visibilidade quando casos de violências possuem uma repercussão na sociedade. As matérias sobre a violência, muitas vezes, possuem um conteúdo fragmentado, valorizando muito mais os atos de violência do que as causas, isto é, as determinações históricas, econômicas, políticas e sociais.

Ao comparar estas discussões referentes à falta de contextualização das matérias e relacionando ao objeto de estudo desta pesquisa (foi compreender como os jornais locais: Diário dos Campos e Jornal da Manhã representam e discutem as matérias referentes à “violência” praticada pelos adolescentes do sexo masculino em conflito com a lei), observa-se que as matérias dos jornais locais ao abordar a questão da violência acabam por dimensionar que essa violência é intrínseca na imagem dos adolescentes, isto é, a violência é concebida como um elemento natural e individual. Os jornais na tentativa de levar informação a sociedade acabam por não trabalhar com a informação, isto é, apenas descrevem a violência.

Para Ramos e Paiva (2007) a imprensa tem exercido um papel fundamental no que se refere a fiscalização da segurança pública. Porém, ao abordar estas informações sobre os fatos e acontecimentos, a imprensa não busca questionar os atos cometidos, o que acarreta em realizar uma cobertura sem aprofundamento. Esta falta de aprofundamento nas questões suscitadas pela violência dispõe de “[...] um conjunto de matérias em que predomina a pouca contextualização e a pluralidade, muito dependente da perspectiva de delegados e oficiais de Polícia Militar.” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 39).

Em uma pesquisa realizada pela Agência Nacional dos Direitos da Infância (ANDI) no ano de 2012⁷, a qual analisou 2.236 (dois mil, duzentos e trinta e seis) notícias de 54 (cinquenta e quatro) periódicos dos principais jornais do país identificou alguns apontamentos

⁷ Juventude atrás das grades: A realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. A pesquisa foi realizada entre janeiro de 2006 a dezembro de 2010.

essenciais para conhecer o panorama de como a imprensa nacional aborda a “violência” envolvendo os adolescentes em conflito com a lei.

Para Ramos e Paiva (2007) ao depender exclusivamente das informações policiais, a imprensa não busca criticar as ações que perpassam a violência. As matérias são escritas a partir dos registros e ações policiais, como as apreensões, abordagens policiais até a apresentação do “criminoso”.

A violência quando relacionada com o crime adquire uma conotação de representatividade, isto é, por meio destas representações sociais que os sujeitos presentes nos jornais buscam ancorar a ideia da violência. Para Novo (2006) a violência mitificada representa um mal que assola a sociedade. Os crimes são utilizados como imagens que refletem o caos social e contribuiu para a construção de um processo de espetacularização.

Para a ANDI (2001) a imprensa também é responsável pela criação de três mitos sendo: hiperdimensionamento, periculosidade e impunidade. O hiperdimensionamento ocorre quando há a descontextualização das notícias, isto é, enfatiza-se que há um aumento de adolescentes envolvidos em atos violentos. O mito da periculosidade é veiculado pela mídia a partir da ênfase nos casos de violência cometidos pelos adolescentes e que envolvem a violência contra a pessoa. O mito da impunidade é compreendido de forma errônea e associado à imputabilidade⁸. Deste modo, diante dos atos infracionais cometidos pelos adolescentes, as representações repercutem em torno de que este adolescente é impune diante da violência. Estes desconhecimentos das disposições presentes no ECA e o reforço as discussões sobre a imputabilidade ganham espaços e reforçam cada vez mais este mito.

Outra questão está na inclusão de um Parágrafo Único em um dos artigos do ECA e efetivado pela lei 10.764/2003 que se refere ao uso e divulgação de imagens de crianças e adolescentes; acrescenta no Art. 143:

É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional.

⁸ Imputar significa atribuir a responsabilidade de alguma coisa a alguém. Na Constituição Federal no Art. 228 expõe: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às normas da legislação especial”. (PARANÁ, 1994, p.48). No Estatuto da Criança e do Adolescente no Art. 104 dispõe: “São penalmente inimputáveis os menores de dezoito anos, sujeitos às medidas previstas nesta Lei”. (PARANÁ, 2004, p. 97). As discussões em torno da imputabilidade penal do adolescente são suscitadas mediante a crimes que adquirem grande repercussão, exigindo do poder público, ações de punição aos adolescentes. Porém pelo desconhecimento da lei e especificamente das disposições presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente não compreendem que o mesmo impõe medidas sócio-educativas mediante ao ato infracional.

Parágrafo Único: Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome. (PONTA GROSSA, 2009, p.81)

Os jornais devem resguardar a imagem, nome e quaisquer pessoas próximas à criança e ao adolescente e que possam expor a criança e o adolescente a qualquer situação vexatória. Ao infringir, expondo de alguma forma esta criança ou adolescente os jornais estão sujeitos às sanções legais que prevê penalidades no que se refere a estas situações.

As formas de denominar os adolescentes como expressões pejorativas também estão presentes nos jornais locais, algumas matérias ainda utilizam o termo “menor” em detrimento do termo adolescente, “criminoso” e “bandido” para designar o adolescente em conflito com a lei. Estes termos classificam e personalizam estes sujeitos. Os jornais locais, algumas vezes, também denominam os adolescentes pelos apelidos. Inflagem, portanto, o ECA identificando-os e expondo-os. O apelido, muitas vezes, torna este adolescente mais conhecido do que pelo próprio nome. Compreende-se que as formas de narrar à violência nos jornais:

[...] não tem por objetivo retratar o fenômeno da interface violência/adolescência. Antes, procura fazer um retrato do imaginário social que recobre o tema, imaginário que a mídia, ao mesmo tempo, reflete e molda. Reflete na medida em que os jornalistas fazem parte da sociedade que retratam e são portadores, como todos nós, de uma certa visão de mundo com relação aos fatos relatados. Molda, na medida em que apresenta para o público aspectos específicos e parciais da Violência, que costumam envolver os adolescentes. (ANDI, 2001, p. 17).

A inserção de referências plausíveis no que se refere à violência envolvendo os adolescentes. Conhecer o direito de proteção integral relacionados aos adolescentes e pautar discussões voltadas às políticas públicas deste segmento, possibilitam pensar a violência não mais como uma questão de polícia, mas de implementação das políticas públicas para o enfrentamento da questão.

Os jornais poderiam incluir na pauta discussões sobre o dimensionamento das causas que compõem o fenômeno da violência, abdicando de delegar à família ou aos sujeitos a responsabilidade integral de tal ato. A atribuição a família pode ser facilmente visualizada nas representações sociais que perpassam os jornais, a medida que exigem da família condições que ultrapassam as suas condições. Em contrapartida o poder público é suscitado em casos de manutenção da segurança pública.

Diante deste cenário, é fundamental buscar uma mudança nos meios midiáticos. Para Ramos e Paiva (2007) a mídia tem realizado um papel importante no debate público. Para estes autores, os jornais influenciam a opinião da sociedade, ao mesmo tempo motivam e fiscalizam as políticas de Estado. Enfatiza-se a necessidade de formar uma imprensa “[...] capacitada a analisar o contexto da criminalidade e da segurança pública em toda a sua complexidade, livre de preconceitos e determinada a proteger os direitos humanos [...]” (RAMOS; PAIVA, 2007, p. 14).

Pensar a relação da imprensa e violência é pensar em um espaço propenso a diversidade, ao debate e principalmente a garantia dos direitos. A partir das informações veiculadas pelos jornais e demais meios de comunicação que se pode por meio das informações, contribuir para a efetividade da cidadania. A necessidade de fornecer um tratamento às notícias e trazer em seu bojo a contextualização e o compromisso ético possibilitam que os sujeitos possam conhecer seus direitos e a partir disto lutar pela garantia deles.

Análise dos dados

O caminho metodológico desta pesquisa tem como ponto de partida a pesquisa qualitativa. A utilização de dados quantitativos teve como objetivo analisar a frequência. Esta foi realizada a partir de um formulário de decodificação adaptado do autor Fonseca Júnior (2005). Utilizou-se como instrumento a análise de conteúdo. A partir da análise de conteúdo realizou-se a enunciação aos dados quantitativos para estabelecer a frequência dos dados tabulados a partir da adaptação ao objeto de estudo, utilizando de um formulário de decodificação. As categorias de análise que emergiram deste processo foram: 1) Características da mensagem nos jornais; 2) As representações sociais a partir das mensagens sobre a “violência” cometida pelo adolescente; 3) Contextualização da violência nos jornais. Os dados foram analisados a partir da TRS, dos referenciais teóricos e também do procedimento de pesquisa e análise de conteúdo que oferece um conjunto de técnicas e procedimentos para a análise de processos comunicacionais.

A sistematização dos dados foi aplicada com base nas matérias catalogadas referente à “violência” cometida pelos adolescentes e abordadas pelos jornais. No total são 50 matérias jornalísticas encontradas no ano de 2011, sendo 36 referentes ao Jornal Diário dos Campos com 72% do total. No Jornal da Manhã encontrou-se 14 matérias equivalendo a 28% do total.



No tocante ao fenômeno da violência os jornais veiculam um número maior de matérias diariamente; os dados encontrados refletem o recorte temporal referente a uma dada realidade.

A análise dos dados ainda contempla outros elementos presentes nos jornais: seção, gênero da notícia e imagens. Ainda no que se refere as imagens os jornais ainda utilizam a exposição de cenas fortes, isto é, que causam comoção ou aversão a imagens de cadáveres e sangue.

Os conteúdos abordados na matéria sobre a violência variam, no Jornal Diário dos Campos 19 matérias referiam-se a narrativa policial, seguidas por onze (11) matérias de violência e apenas quatro (04) de não violência, isto é, matérias que discutiam a “violência” cometida pelos adolescentes propondo uma discussão de enfrentamento pela sociedade e pelo poder local. Já no Jornal da Manhã a maior quantidade de matérias estava relacionada a não violência, seguida por matérias de violência e da apreensão policial que apresentaram o mesmo número.

Os conteúdos das matérias apresentadas pelos jornais possuem o enfoque na narrativa policial. A apreensão policial ocupa o maior número de matérias nos dois jornais analisados e retoma a narrativa policial. Esta apreensão impõe descrever como os policiais identificaram uma possível infração. Esta infração é, muitas vezes, diagnosticada por uma suposta desconfiança.

Entre as formas de violência apresentadas por ambos os jornais o porte de armas e homicídios estão presentes na maioria das matérias. Os jornais apresentam também as motivações referentes à violência. Os dois jornais não identificam as motivações, isto é, a matéria possui apenas a descrição e o enredo da violência e não aborda as suas causas. Esta não identificação também predispõe que as matérias não são contextualizadas, não há como saber o que motivou tal violência. A violência é cometida, porém há uma ausência de informações que possam compreender no sentido da mensagem o seu contexto. No Jornal Diário dos Campos, outros motivos que ocuparam 16% das matérias se referem ao roubo, drogas e suposições realizadas pelo próprio jornal. No Jornal da Manhã, 36% das matérias não expõem as motivações, havendo apenas a narrativa dos fatos. A droga ocupa 29% das matérias como uma motivação para a violência. Já a suposições feitas pelo jornal, furto, brigas ocupam 7% não sendo um motivo recorrente, mas esporádico. Não foi relatada nenhuma notícia referente à vingança.

Ainda nesta categoria, a pesquisa também considera como importante verificar quem é a referência utilizada pelos jornais para a constituição da notícia, isto é, quem são as fontes? Aquele que escreve para o jornal presenciou o fato? Os especialistas são consultados? Irrefutavelmente, as representações sociais sobre a violência ganham credibilidade a partir da fala dos sujeitos que estão em contato direto com a violência.

No que se refere as referências utilizadas pelos jornais verificou-se que em uma mesma matéria pode haver mais de uma referência, isto é, mais de um sujeito pode ter sido consultado. Estes dados coletados apontaram que em ambos os jornais as notícias são constituídas especificamente pelos policiais, 36% das matérias do Jornal Diário dos Campos e 30% das matérias do Jornal da Manhã tem como foco a narrativa policial.

O Jornal Diário dos Campos tem como referência para falar sobre a violência em segundo lugar o delegado com 23% das matérias. Ainda 11% não apresentou nenhuma referência, isto é, abrangem as matérias que são apenas descritivas, não há referências ou estas não são divulgadas. Nesse Jornal os especialistas (psicólogos, assistentes sociais, advogados, entre outras práticas profissionais que estão diretamente relacionadas com a questão da violência), possuem 9% das matérias e outros que são sujeitos que compõem a sociedade civil também 9%. As testemunhas são referenciadas em 6% das matérias. A vítima aparece com 4% das matérias e o agressor em apenas 2%.

No Jornal da Manhã, a situação se assemelha ao Jornal Diário dos Campos. Cerca de 30% das matérias a narrativa policial está em primeiro lugar, seguida pela referência do delegado. As testemunhas aparecem com 20%. A vítima e nenhuma referência aparecem em 10% das matérias. Há ausência de referência no que se referem aos especialistas, outros sujeitos e ao agressor.

Quanto às formas dos jornais denominarem os adolescentes os dados abrangem mais de uma única forma, isto é, o adolescente é denominado de formas diversas nas matérias. Não se pode generalizar que os jornais não denominam os adolescentes como adolescentes, embora esta forma seja a mais usual destes veículos de comunicação se referenciar a eles, sobrepondo às demais. Porquanto, o termo adolescente vem mesclado em uma mesma matéria com diferentes termos: menor, menino, garoto, rapaz, criminoso, o aluno, dentre outras. Não havendo uma homogeneidade na forma como expor estes adolescentes nos jornais.

Os dados apresentados demonstram que no Jornal Diário dos Campos 29 matérias denominavam de “adolescentes” os sujeitos envolvidos na notícia, sempre seguidas por outras três formas de denominação. Em sete (7) matérias o adolescente é associado ao termo menor, o termo jovem aparece em cinco (5) matérias, três (3) matérias rapaz e menino, duas (2) matérias por estudantes e uma (1) matéria utilizou o termo: infrator, aluno e pelo apelido do adolescente.

Já no Jornal da Manhã verifica-se um reforço ao termo “menor” aparecendo em oito (8) matérias, apenas seis (6) matérias denominam de adolescente e jovem. Os termos e formas de denominar como: quadrilha, apelido, criminoso e menino, aparecem em quatro (4) matérias.

Considerações finais

As representações sociais nos jornais: Diário dos Campos e Jornal da Manhã em relação a violência envolvendo os adolescentes – estabeleceu de acordo com as análises dos dados que os jornais locais apresentam as matérias de forma descontextualizada, implícita de valores e não busca discutir questões referentes às causas da violência entre os adolescentes em conflito com a lei. As representações sociais em torno das discussões sobre a “violência” envolvendo os adolescentes demonstram uma confusão conceitual onde situações que se caracterizam como um ato infracional e não envolve atos violentos são trazidas, discutidas e impostas como uma violência.

As matérias advêm na sua grande maioria dos relatos policiais, estes são supervalorizados, portanto, em algumas matérias as representações sociais dos policiais também se condensam com as representações dos jornalistas, pois estas são reproduzidas. A relação entre a polícia e adolescente em situação de violência é relacionada, possibilitando pensar como um caso de polícia. Esta relação acaba por limitar a compreensão dos leitores, que muitas vezes, direcionam toda a culpabilidade aos adolescentes. Assim, exclui do contexto o debate em torno das situações que estes adolescentes também vivenciaram, sobretudo se estes foram vítimas de violências. Entre estas, a violência estrutural que incide na condição de negação dos direitos, acessos e da efetividade da cidadania. Portanto, os jornais ao centralizarem a responsabilidade da violência no adolescente ou na família, acabam por ocultar o papel do Estado, este em raras exceções, é apresentado no debate.

Além disso, as representações sociais nos jornais locais reforçam o aumento da violência na cidade de Ponta Grossa, esta é atribuída em grande parte aos adolescentes. A partir da apresentação dos dados, o número de vítimas de homicídio tendo o adolescente como causador aparece em dez (10) matérias, sendo inferior ao número de matérias analisadas.

Verifica-se que os especialistas, a partir dos espaços reificados ao adentrarem como sujeitos que podem discutir sobre o assunto legitimam, muitas vezes, o discurso da violência, isto é, da periculosidade e do aumento da violência pelos adolescentes.

Evidenciou-se a tônica das suposições dos jornalistas diante dos atos infracionais em sugerir, inquirir e atribuir uma causa, buscando mostrar o adolescente como o mentor da violência. Mantém-se intrinsecamente, arraigados a cultura menorista que ainda não vê o adolescente enquanto sujeito em desenvolvido, culpabilizando aqueles em situação de pobreza e que estejam em qualquer “circunstância” passíveis de serem criminalizados.

Percebe-se, que as situações que envolviam os adolescentes em ato infracional, sejam estas envolvendo a violência ou não, denotam que as representações dos jornais, visam em algumas circunstâncias, legitimar as ações de violências contra os adolescentes. Estas situações de violências abrangem tanto os sujeitos envolvidos no fato como pelos policiais. Por isso a necessidade de dar uma resposta rápida a sociedade. Isto é visto a partir do discurso, e portanto, a linguagem enquanto um instrumento de comunicação, também está presentes nas narrativas das matérias dos jornais. Estas exprimem um sentido de percepção, de valor, de como estes sujeitos apreendem os acontecimentos, e portanto, tem o potencial de dimensionar, conforme queiram denotar, como pensar esta violência, este adolescente.

Referências Bibliográficas

ANDI. **Juventude atrás das grades:** A realidade dos adolescentes em conflito com a lei no Brasil. Disponível em: <http://www.andi.org.br/infancia-e-juventude/pauta/juventude-atras-das-grades-a-realidade-dos-adolescentes-em-conflito-com-a>. Acesso em: 30 de novembro de 2012. 136 p.

_____. **Bala perdida:** Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência. Editado pela ANDI, 2001. 51 p.

ABRIC, J. C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 328 p.

ARRUDA, A. Teoria das Representações Sociais e Teorias de Gênero. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, n. 117, p. 127-147, novembro/ 2002. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15555.pdf>> Acesso em 12 de maio de 2012.

MICHAUD, Y. **A Violência**. Editora Ática, São Paulo, 1989. 116 p.

MOSCOVICI, S. **Representações Sociais**: investigações em psicologia social. Vozes: Petrópolis, Rio de Janeiro, 2003. 404 p.

NOVO, H. A. De fatos e espetáculos: o imaginário social sobre a violência na Grande Vitória-ES. In: ALMEIDA, A. M. O. (Org.) **Violência, exclusão social e desenvolvimento humano**: estudos em representações sociais. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006. 299 p.

ORDAZ, O.; VALA, J. Objetivação e ancoragem das representações sociais o suicídio na imprensa escrita. In: MOREIRA, Antônia S. P.; OLIVEIRA, Denize C. (Org.) **Estudos interdisciplinares de representação social**. Goiânia: AB, 1998. 306 p.

PONTA GROSSA. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Ponta Grossa. Estatuto da Criança e do Adolescente. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Ponta Grossa, 2009. 143 p.

RAMOS, S.; PAIVA, S. R. **Mídia e Violência**: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil. Rio de Janeiro: IUPERJ, 2007. 191 p.

SPINK, M. J. P. O estudo empírico das Representações Sociais. In: SPINK, M. J. P. (Org.) **O Conhecimento cotidiano**: as representações sociais na perspectiva da psicologia social. São Paulo: Brasiliense, 1995. 314 p.